

BEM-TE-VI: A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ariane Porto Costa Rimoli
taoproducoes@uol.com.br

Escola de Comunicações e Artes (ECA) Universidade de São Paulo (USP) – Brasil
Cineasta, antropóloga, doutora em Comunicação e Artes, pós doutoranda em Comunicação

Resumo:

BEM-TE-VI: A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES é um projeto de pesquisa de pós doc realizado na Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP) com o apoio da FAPESP. A proposta é acompanhar, examinar e sistematizar o desenvolvimento (processos e resultados) de oficinas de audiovisual com crianças e adolescentes de diferentes procedências, situando a experiência em um cenário teórico da Educomunicação. O Projeto Bem-te-vi está em desenvolvimento desde 2006 e já foram produzidos mais de 130 vídeos de animação, ficção e documentário por crianças e jovens entre 6 e 17 anos.

Palavras chave: criança, educomunicação, diversidade cultural, tecnologias digitais.

Resumen:

BEM-TE-VI: UNA PRODUCCIÓN AUDIOVISUAL DE NIÑOS Y ADOLESCENTES es un proyecto de investigación de postdoctorado realizado en la Escuela de Comunicaciones y Artes de la Universidad de Sao Paulo(ECA/USP) con apoyo de la FAPESP. La propuesta es acompañar, examinar, y sistematizar el desarrollo (procesos y resultados) de Talleres de Audiovisuales con niños y adolescentes de diferentes procedencias, situando la experiencia en un escenario teórico de la Edu-comunicación. El proyecto Bem-te-vi se viene desarrollando desde 2006 y ya se han producido más de 130 videos de animación, ficción y documentales infantiles y para jóvenes entre 6 y 17 años.

Palabras clave: niños, Edu-comunicación, diversidad cultural, Tecnologías digitales.

Abstract:

BEM-TE-VI: AUDIOVISUAL PRODUCTION BY CHILDREN AND TEENAGERS is a postdoc research project made in the School of Arts & Communication (ECA) at University of Sao Paulo (USP) with the support of FAPESP. The aim is to follow, analyse and sytemize the development (processes and results) of the audiovisual workshops with children and teenagers coming from all social classes, placing the experience on a educommunicative theoretic scenary. The project is on since 2006 and up to now it was produced over 130 animation, fiction and documentary videos, all made by children and teenagers from 6 to 17 y.o.

Keywords: Child, Educommunication, Cultural diversity, Digital Technologies

O Projeto de pesquisa **BEM-TE-VI: A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES** tem como proposta acompanhar, examinar e sistematizar o desenvolvimento (processos e resultados) de oficinas de audiovisual ministradas para crianças e adolescentes de diferentes procedências, situando a experiência em um cenário teórico da Educomunicação.

Através dos filmes realizados pelas crianças de origens sócio culturais diversas, buscamos montar um painel multifacetado com alguns aspectos da infância e adolescência contemporâneas: sonhos, aspirações, medos, dificuldades, formas de relacionamentos com a família, amigos, com o mundo.

Outro aspecto analisado é a própria metodologia empregada, que considera não só a heterogeneidade do público, como também a necessidade e possibilidade de democratização das novas tecnologias digitais. Nesse sentido, buscamos sistematizar a experiência inserindo-a no contexto da educomunicação: suas propostas, processos e potencial transformador de realidades.

Na presente pesquisa, recuperamos, organizamos e analisamos os dados de oficinas realizadas no período de 2006 a 2010, com crianças, adolescentes e jovens de grupos diferenciados. Para tanto, utilizamos os relatos das experiências dos educadores, monitores e alunos, bem como os temas dos vídeos produzidos pelas crianças e adolescentes. Ao todo, estão são 130 vídeos realizados nas técnicas de animação, ficção e documentário por aproximadamente 1.300 alunos, orientados por mais de 30 educadores.

A sistematização da experiência com crianças situadas num lugar diferente do tradicionalmente ocupado por elas – que de consumidoras de produtos audiovisuais passaram a ser produtoras – nos remete a outro foco de reflexão e observação: a visão contemporânea de **infância** e as transformações no sentido do termo “infantil” verificadas ao longo dos últimos tempos. A partir daí, poderemos pensar nos sentidos de “infância e adolescência” que transparecem na produção audiovisual infantil realizada por empresas de comunicação, produtoras de entretenimento e publicidade, emissoras públicas e educativas, e compará-los aos produtos realizados pelas crianças e adolescentes.

A preocupação em definir o lugar da criança na sociedade, vem perpassando interesses de estudiosos ao longo dos tempos. Em 1921, Gilberto Freyre colocava seu desejo de:

“escrever uma estória do menino – da sua vida, dos seus brinquedos, dos seus vícios – brasileiro, desde os tempos coloniais até hoje (...) E creio que só por uma história desse tipo – história sociológica, psicológica, antropológica e não cronológica – será possível chegar-se a uma idéia sobre a personalidade do brasileiro. É o menino que revela o homem”.

Se a criança é o “pai do adulto”, qual o papel que a sociedade vem atribuindo à criança ao longo dos últimos tempos? Para Mary Del Priore, as interrogações sobre o que seja infância e adolescência provocam uma angústia:

“É como se as tradicionais cadeias de socialização tivessem, hoje, se rompido. Socialização na qual os laços de obediência, de respeito e de dependência do mundo adulto acabaram sendo trocados por uma barulhenta autonomia. Influência da televisão? Falta de autoridade dos pais? Pobreza e exclusão social de uma imensa parcela de brasileiros? Mais. E se tudo isso secretasse, nas margens da sociedade, uma brutal delinqüência juvenil, ou, se gerasse um profundo mal-estar feito de incompreensão e brigas mesmo entre as famílias mais equilibradas nas quais a presença dos pais e o excesso de amor substituem a educação?” (in “História das Crianças no Brasil” Ed. Contexto, 1999:8).

Se a condição social determina um perfil de criança e uma noção de infância, a origem étnica cria outro “padrão”. A criança negra, além de ser a maioria entre os trabalhadores mirins brasileiros, ainda carrega o estigma étnico. Se o pequeno imigrante italiano trabalhava na fábrica em condições perversas para ajudar a alimentar a família, o mesmo acontecia com a criança escrava. Porém, com uma diferença: a criança escrava era, ela própria, mercadoria. A criança escrava que escapasse aos altos índices de mortalidade infantil e conseguisse ter algum aprendizado, alcançava um preço maior no mercado. Os laços familiares eram substituídos pelos do trabalho, e “os *meninos e meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama*” (José Roberto de Góes M. Florentino, 1999:184)

Os “meninos índios” no Brasil quinhentista eram, por sua vez, instrumentos eles mesmos de um outro tipo de trabalho, mais sutil, porém não menos importante: a conversão dos adultos à nova religião católica. O ensino das crianças, o aprendizado da língua, escrita e doutrina cristã, foi um dos principais objetivos da Companhia de Jesus na América portuguesa. A transformação radical da sociedade seria implementada a partir das crianças.

Porém, historicamente, o que se verifica é que essa transformação não atingiu todas as crianças. Apesar de em 1891 ter sido proibido o trabalho de crianças em máquinas em movimento e em faxina (Decreto no. 13.113 de 17 de janeiro de 1891), até o século XXI, a melhor alternativa para os filhos dos pobres têm sido sua transformação em “cidadãos úteis e produtivos”, seja nas lavouras, fábricas, casas ou até mesmo nas ruas.

Até hoje, o trabalho tem se mostrado, na prática, a “melhor” alternativa para essas crianças e adolescentes, apesar dos discursos presentes nas “políticas públicas” para o setor.

Criança e “artes” – trabalho ou brincadeira?

A Constituição Brasileira proíbe o trabalho de menores de 16 anos. Porém, a Conferência Internacional do Trabalho, de 1973, abre uma brecha para que as crianças possam participar de manifestações artísticas. Baseados na justificativa de que o trabalho artístico infantil não é contínuo, uma comissão de procuradores criada em 2007 definiu algumas regras para a atividade, dentre elas a necessidade de alvará judicial, respeito à vida escolar e abertura de poupança em nome da criança para depósito de parte do lucro. Outras normas são subjetivas, como o veto a trabalhos “prejudiciais à moralidade”.

A questão do trabalho artístico infantil é uma polêmica que retorna constantemente à cena, especialmente quando, na televisão, desponta mais uma “pequena estrela”. Nesses momentos a sociedade – ou “os pais da criança” – disputam conceitos e padrões morais e a noção de infância adota sentidos e significados múltiplos.

No momento assistimos no Brasil mais uma polêmica acerca da participação de crianças em novelas. O ano passado, a polêmica girou em torno de uma pequena apresentadora de TV, que iniciou sua carreira precocemente aos 5 anos de idade. Ministério Público, pais, empresários de comunicação, pedagogos, advogados, público, enfim, diferentes segmentos disputam o direito de decidir “o que é melhor para a criança”.

Em matéria publicada recentemente em jornal de grande circulação em São Paulo, o coordenador no Brasil do programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da OIT (Organização Internacional do Trabalho), Renato Mendes declarou que: “O que temos em convenção sobre o tema na OIT, da qual o Brasil é signatário, é exceção a ‘participação em manifestações artísticas’. É diferente de trabalho. No caso da atriz da novela de Globo, como de outros, há salário, frequência determinada pelo empregador e relação de subordinação com o diretor.” Na mesma matéria Veet Vivarta, Secretário Executivo da Andi (Agência de Notícias dos Direitos das Crianças) declara que a presença da criança na TV é positiva. O órgão defende que elas estejam inclusive nos bastidores, ajudando a produzir programas, para que sejam melhor representadas na mídia. Para Vivarta “é claro que isso precisa de acompanhamento, para que as crianças não sejam envolvidas em uma trama cuja complexidade não sejam capazes de assimilar. Pais, TVs e poder público devem analisar o contexto em que as crianças irão trabalhar.”

Afinal, qual o limite saudável para o trabalho de uma criança prodígio? Até que ponto a criança sabe diferenciar o personagem de sua vida real? É possível que uma criança encare como “brincadeira” sua participação em uma novela, que pode durar mais de 6 meses. De todos os pontos e visões conflitantes decorrentes do embate de opiniões sobre o que seja “trabalho” e “arte” e os limites para a participação da criança em “trabalhos artísticos” (especialmente na indústria do audiovisual), a questão que nos parece focal quando pensamos no tema “**menores, meios e culturas digitais**” diz respeito especificamente ao *lugar* ocupado por essa criança. Ou seja, qual papel estamos dispostos a “ceder” para a criança ocupar no meios de comunicação: “criança consumidor”, “criança produto” ou “criança produtor”?

Projeto Bem-te-vi: uma experiência

No âmbito da sociedade civil, articulados em torno de ong’s ou escolas, vários são os projetos em desenvolvimento que buscam o protagonismo infantil através dos meios digitais. Apresentaremos aqui uma dessas experiências, em desenvolvimento desde 2005: o projeto Bem-te-vi.

Em 2005 sistematizamos uma proposta de oficinas de audiovisual para crianças e adolescentes que tivessem como pré requisito o acesso e domínio

sobre os equipamentos de gravação e edição. A premissa em que nos baseamos é a de que, como qualquer outra linguagem, apenas com a continuidade do exercício é que se alcança o domínio sobre o audiovisual.

Entre os objetivos iniciais, podemos citar:

- contribuir para a democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação
- contribuir para formação de crianças e adolescentes para a recepção crítica de produtos veiculados por canais de televisão
- possibilitar às crianças a formatação de produtos audiovisuais com temáticas pertinentes às realidades de suas comunidades
- contribuir para apropriação das técnicas de produção de mídia e audiovisual
- contribuir para a expressão da diversidade cultural
- contribuir para o desenvolvimento das capacidades de comunicação, expressão e criação.

A proposta do Projeto Bem-te-vi foi, desde o início, ser um espaço onde as crianças e jovens se tornassem protagonistas da construção de sua identidade e de seu desenvolvimento cultural, mediante o conhecimento e a apropriação, não só da linguagem audiovisual, mas também das novas tecnologias da informação e comunicação.

O projeto foi concebido para ser desenvolvido em “ninhos” - espaços físicos dotados de equipamentos como câmera de vídeo digital com acessórios; computador com softwares de edição, composição e tratamento de imagem; kits de luz com tripés, lâmpadas e cases; microfones direcional e de lapela; impressora e scanner.

As oficinas teriam a duração de 72 horas, divididas em 3 meses, período durante o qual seriam realizadas curtas metragens nas técnicas de animação, ficção ou documentário. Nas oficinas, as crianças teriam contato com todas as etapas de realização do audiovisual e produziram um vídeo integralmente, desde a criação do roteiro até a edição final, passando pelas etapas de pré produção, filmagem e pós produção. O público alvo do Bem-te-vi tem entre 6 e 17 anos.

O trabalho desenvolvido pelos educadores em cada oficina é acompanhado (presencial e virtualmente) pelas coordenações geral, técnica e pedagógica, com o objetivo de oferecer um trabalho sistemático de orientação mediante uma seqüência de atividades voltadas para a reflexão sobre emprego da linguagem cinematográfica e videográfica em processos educativos a partir de uma perspectiva educacional.

Usando procedimentos como palestras, workshops, reuniões de trabalho, leituras dirigidas e de exercícios junto ao público atendido pelos ninhos, são colocados em discussão conceitos e práticas no campo da relação entre

comunicação, linguagem audiovisual e educação, de forma a permitir aos educadores que planejem e executem suas ações de forma a garantir:

- a) as condições adequadas e indispensáveis para o exercício do direito que as crianças e adolescentes têm de serem alfabetizados nas e para as novas linguagens vigentes no mundo contemporâneo, em especial, a linguagem audiovisual;
- b) a promoção da solidariedade na aprendizagem e na gestão dos processos comunicativos nos espaços educativos;
- c) a criação de critérios para a sistematização e a avaliação dos procedimentos inerentes à filosofia e à metodologia educacional do Projeto Bem te vi.
- d) A promoção de um espaço permanente de troca e intercâmbio de reflexões e experiências entre os educadores convocados a liderar a implementação dos Ninhos do Projeto Bem te vi.

O Projeto Bem-te-vi iniciou suas atividades em janeiro de 2006 com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Nos dois primeiros anos (2006/2007), foram atendidas aproximadamente 900 crianças e adolescentes, com uma equipe formada de 11 pessoas na produção e 20 videoeducadores por semestre. Foram realizados 90 vídeos no período e os processos das oficinas foram registrados em forma de Making Of.

Desde a primeira fase do projeto, buscou-se atender um público diferenciado, privilegiando a diversidade sócio cultural. Foram atendidas crianças e adolescentes de bairros da periferia, remanescentes de culturas tradicionais (índios e quilombolas), crianças e tratamento oncológico e deficientes físicos e mentais. O objetivo foi possibilitar a abertura de canais de expressão não apenas aos excluídos econômicos (público tradicional de oficinas) como também aos excluídos sócio-culturais.

Após o primeiro ano de experiências diversas com grupos diferenciados onde constatamos o potencial de desenvolvimento dos alunos, a riqueza e, em alguns casos, a complexidade das temáticas escolhidas pelos grupos, sentimos a necessidade de articular os processos em torno de uma metodologia educacional.

Em 2007, a assessoria pedagógica passa a ser exercida pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicações e Artes da USP, coordenado pelo Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares, responsável pela definição e divulgação do conceito da Educomunicação. O NCE, órgão de pesquisa, cultura e extensão da Universidade de São Paulo, especializado em assessorar programas na área da inter-relação Comunicação/Educação, passou a atuar junto ao Projeto Bem-te-vi para ampliar a busca de caminhos eficazes de integração da comunicação no espaço educativo dos “ninhos”.

A partir de então o Projeto Bem-te-vi adota a definição atribuída por Soares ao conceito de Educomunicação, entendida como “o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e

produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem” (in Soares, Ismar de Oliveira, *O campo da Educomunicação e suas áreas de intervenção. EducomTV, 2002.*). Partindo do conceito de gestão comunicativa, a educomunicação entende que a comunicação precisa ser planejada, administrada e avaliada permanentemente.

Introduzida nos “ninhos” – espaços educativos do Bem-te-vi - a educomunicação fortaleceu a busca de alianças possíveis entre os agentes sociais de forma a garantir o essencial do processo educacional: o conhecimento e a gestão democrática e criativa dos recursos da informação. Nesta perspectiva, o ecossistema comunicativo está sempre e necessariamente em construção, a partir da integração de toda a comunidade educativa e não apenas do ponto de vista do corpo dirigente ou dos vídeoeducadores.

O processo de cada oficina foi sendo registrado em forma de relatórios privilegiando depoimentos de alunos, educadores e familiares. A produção de relatórios com tais características, surgiu da “exigência epistemológica de vincular a produção do conhecimento à intervenção prática sobre a realidade, conferindo-lhe uma dimensão política que visa transformar a realidade social, humanizando a prática científica”. (CF. ALVES, Patrícia Horta. *Educom.rádio : uma política pública em Educomunicação*. São Paulo, 2007. Tese de Doutorado. ECA/USP). Desta forma, a prática vincula necessariamente ação e reflexão como momentos indissociáveis de uma práxis.

Construindo metodologias

Desde primeira etapa do Bem-te-vi, tivemos como objetivo desenvolver metodologias diferenciadas para cada tipo de público atendido, já que considerávamos que o projeto deveria ser construído em conjunto com os alunos, no próprio processo de ensino/aprendizagem. Como atender crianças em tratamento contra o câncer, índios com pouca desenvoltura na língua portuguesa e garotos de periferia com a mesma metodologia previamente definida?

Contudo, era necessário partir de uma base, conscientes de que os processos de trabalho e metodologia seriam construídos *a posteriori*. Definimos então um cronograma inicial e colocamos como meta para os vídeo educadores a realização, pelos alunos, de um curta metragem em uma das técnicas – animação, ficção ou documentário. Tão importante quanto o cumprimento da meta, seria o acompanhamento e registro do processo através de imagens (making of), relatórios dos vídeo educadores e equipe técnica, depoimentos de alunos, pais e membros da comunidade e exercícios realizados.

No final de 2007, a parceria com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo foi finalizada e buscamos novas alternativas para a continuidade do desenvolvimento do projeto, mantendo uma de suas condições fundamentais – a posse dos equipamentos de produção audiovisual por parte das comunidades. Foi então estabelecida uma parceria com o Ministério da Cultura, através do Projeto Cultura Viva (Pontos de Cultura).

Nessa segunda etapa do projeto, foi inserido um novo objetivo: a formação de multiplicadores. Essa nova meta – formar futuros vídeo educadores – surgiu da necessidade de profissionais com capacitação técnica para o uso das novas tecnologias digitais, com um perfil educacional, capaz de promover a integração entre a educação e as novas tecnologias digitais.

Além das oficinas presenciais, foi criado um curso à distância, como forma de atender e agregar ao projeto um público diferenciado, de outras regiões do Brasil. O curso teórico e prático - **“Vídeo para Todos: Estratégias de Vídeo Educativo”** teve o conteúdo elaborado em parceria com o NCE-USP (Núcleo Comunicação e Educação), aconteceu durante 5 meses e foi composto por aulas teóricas transmitidas por vídeo-conferências seguidas de uma sequência de orientações práticas transmitidas por uma plataforma virtual disponibilizada num blog, com o acompanhamento de uma tutoria. Os exercícios decorrentes (envolvendo a plataforma, a tutoria e a ação dos cursistas) foram denominadas de “Oficinas Virtuais”, tendo como objeto específico a gravação e a edição de vídeo digital.

O objetivo foi oferecer, através da metodologia educacional, uma alternativa para a formação de educadores atuar em comunidades, operando equipamentos digitais e a produzindo os próprios vídeos (curtas-metragens) nos formatos animação, ficção e documentário, para serem exibidos no ambiente virtual.

Temas

Dentre as 130 produções realizadas pelas crianças e adolescentes, alguns temas apareceram com maior frequência, demonstrando o interesse e a preocupação dos alunos em discuti-los. São eles:

- dificuldade e superação
- preconceito
- cotidiano/ modos de vida
- diferenças e desigualdades
- migração – problemas e possibilidades
- ecologia
- relações familiares
- a escola
- nosso lugar
- amizade

- infância, adolescência e maturidade
- relacionamento e sexo
- religião
- histórias de mistério e terror
- origens culturais e étnicas
- responsabilidade e culpa

Acreditamos que o grande desafio e riqueza dos projetos que, como o Bem-te-vi, se propõe a atuar nas interfaces entre comunicação, educação e novas tecnologias digitais, é a percepção de que a compreensão e respeito à diversidade sócio cultural é base fundamental para a criação de diálogos.

Estabelecer relações, mediadas pelas novas tecnologias digitais, entre setores da cultura erudita, acadêmica, culturas tradicionais e populares, significa aceitar novos interlocutores. Significa reconhecer que grupos, até pouco tempo atrás excluídos das políticas públicas passaram a ser considerados potenciais “cidadãos produtores de cultura”. Porém, esse potencial ainda não se manifestou plenamente, pois a democratização digital ainda é incipiente e os grupos periféricos ainda lutam para verem seus saberes e produções culturais reconhecidos e incluídos.

Comunidades tradicionais como os índios e quilombolas, por exemplo, trazem consigo uma herança cultural de mais de 500 anos de exploração e luta pela manutenção de suas identidades. Não só as comunidades tradicionais, mas também os produtores culturais da “periferia” trazem essa herança, que não pode ser apagada a curto prazo. Esse processo relativamente novo, está alterando significativamente o mapa das relações sócio culturais do país, alterações essas que vêm exigindo uma reflexão constante.

A exclusão histórica de segmentos da sociedade acarretou, entre outras coisas, uma desigualdade no acesso aos bens (culturais, de consumo, educacionais), e é significativa para avaliarmos o desenvolvimento dos projetos nesses “novos tempos de democracia cultural”. Essas questões aparecem também dentro da própria cultura acadêmica, dentro de seu processo (também relativamente novo) de considerar outras formas de saber e se relacionar com grupos que se encontram “fora dos muros das universidades”.

Nesse sentido, projetos que, como o Bem-te-vi, trazem em sua espinha dorsal a relação entre grupos diferenciados (saber tradicional e acadêmico, tecnologias digitais e patrimoniais, movimentos sociais, universidades, empresas e Estado) para a construção de um projeto coletivo, devem gerar diálogos, conflitos e parcerias que superem a desigualdade e mantenham a diversidade. Devem gerar também indicadores que possam ajudar a refletir sobre esse momento de transformação sócio cultural pelo qual passa o país e o mundo.

No grande ninho do Bem-te-vi, os protagonistas são as crianças dessa nova geração, nascidas sob o signo da linguagem audiovisual, da comunicação virtual, da informação globalizada, onde a construção da cidadania pode ser realizada através do tripé educação/comunicação e cultura. Essas crianças trazem latentes o potencial e o desafio de criar um mundo diferenciado e - por que não acreditar – melhor.

Referencias bibliográficas

SOARES, Ismar de Oliveira. “Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação”, In *Comunicação & Educação*, São Paulo, ECA/USP-Editora Segmento, Ano VIII, já./abr.. 2002, no. 23.

SOARES, Ismar de Oliveira. “La Comunicación/Educación como nuevo campo de conocimiento”, in VALDERRAMA, Carlos Eduardo, *Comunicación-Educación, Coordinadas, Abordajes y Travesías*, Universidad Central, Bogotá, 2000.

ALVES, Patrícia Horta. “Educom.rádio : uma política publica em Educomunicação”. São Paulo, 2007. Tese de Doutorado. ECA/USP).

PRIORE, Mary del – org. “História das Crianças no Brasil” Ed. Contexto, 1999:8
1999: 184